

Como se joga imposto no lixo

Orçamento

O dinheiro do governo pode ser escasso, mas, ainda assim, daria para resolver ou atenuar muitos problemas sociais. Não dá porque é mal gasto. Esta crítica foi formulada pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, e por seu secretário de Planejamento, Pedro Pullen Parente, no seminário realizado pelo presidente da República.

Anualmente, segundo o secretário, o governo federal dispõe de US\$ 15 bilhões para despesas de custeio e investimento. Mas esse dinheiro é pulverizado em milhares de projetos mal concebidos e mal administrados, ao invés de se destinar, de forma concentrada, num conjunto bem definido e bem articulado de prioridades. Neste ano, disse Parente, 22% dos projetos incluídos no orçamento envolvem despesas, no exercício, de no máximo Cr\$ 100 milhões. Em muitos casos, a verba não basta para o canteiro de obras.

Além disso, apenas 2 mil dos 9,8 mil projetos foram concebidos no Executivo. Quase o quádruplo disso foi incluído no orçamento pelos congressistas. Isso não é planejamento de gastos, é apenas retalhamento de verbas. Resultam daí, como lembrou o secretário, obras inaca-

badas, concorrentes e até conflitantes.

Grande parte dos impostos pagos pelos brasileiros — e os contribuintes, na maioria, são pessoas de baixa renda — acaba simplesmente pulverizada, jogada no lixo de uma política abaixo de medíocre. Não se trata de discutir o direito democrático de debater, no Congresso, a aplicação do dinheiro público. Trata-se de lembrar a obrigação — também democrática — de respeitar o contribuinte e usar seus impostos com um mínimo de cuidado.

O Ministério da Economia pode contribuir para a correção desse quadro, mas não eliminá-lo. Um esquema administrativo de acompanhamento e avaliação dos projetos pode ser muito útil. Isso não torna dispensáveis, no entanto, os cuidados de cada ministério, na seleção e na implementação dos projetos, nem o respeito que devem ter os congressistas ao interferir na destinação de recursos públicos. Um bom orçamento não resulta só da aplicação de certas técnicas. Estas se aprendem na escola. Respeito, decência e espírito democrático são algo diferente. E é claro que cada contribuinte pode valorizar seu dinheiro valorizando, primeiro, seu voto.

18 MAI 1992

ESTADO DE SÃO PAULO